



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/05/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. PLANTÃO NO TJMA.....	2
1.3. PRESIDÊNCIA.....	3 - 4
1.4. PROJETO ESTANTE VAZIA.....	5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	6
2.2. VARAS CRIMINAIS.....	7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	8
3.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CORREGEDOR.....	10
4.2. DECISÕES.....	11
4.3. DESEMBARGADORES.....	12
4.4. PRESIDÊNCIA.....	13
5. JORNAL EXTRA	
5.1. PRESIDÊNCIA.....	14
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. VARAS CRIMINAIS.....	15
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. JUÍZES.....	16
7.2. PRESIDÊNCIA.....	17

TJMA NEGA INDENIZAÇÃO A REPRESENTANTE DO BOI PINTADO



A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi unanimemente desfavorável ao pedido de indenização por danos morais e materiais feito pelo representante do Boi Pintado, Sílvio Silva Serra, que alegou ter sido preso ilegalmente em 2009. O fato ganhou repercussão depois que ficou constatada a apresentação de menores com a parte superior do corpo coberta apenas com tinta no grupo folclórico.

Sentença de primeira instância já havia julgado improcedente o pedido do representante da brincadeira junina, por entender que a ordem de prisão preventiva foi devidamente motivada e que foi o próprio Serra quem deu causa ao ato, por ter descumprido deliberadamente ordem judicial anterior que havia proibido as apresentações do Boi Pintado; e que o fato de ter conseguido habeas corpus não autoriza concluir que houve erro judiciário.

TJMA DIVULGA BALANÇO DO PLANTÃO JUDICIÁRIO

O plantão judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu 14 habeas corpus, um Agravo de Instrumento e um Mandado de Segurança entre os dias 28 de abril e 4 de maio.

A plantonista do período, desembargadora Anildes Cruz, vice-presidente do TJMA, indeferiu cinco habeas corpus, referentes a processos com origem nas comarcas de São Luís, Balsas e São Francisco do Maranhão. Foi deferido um habeas corpus oriundo da comarca de São Francisco do Maranhão.

Pág. 7

Magistrados pedem apoio do senador Lobão Filho ao resgate de adicional para membros do Judiciário



Magistrados pedem apoio do senador Lobão Filho ao resgate de adicional para membros do Judiciário



Os magistrados pediram o apoio do senador Lobão Filho à Proposta de Emenda Constitucional nº 632013

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), desembargador Froz Sobrinho, e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Gervásio Santos, estiveram reunidos com o senador Edison Lobão Filho (PMDB/MA) e pediram o apoio do parlamentar à Proposta de Emenda Constitucional nº 63/2013, em tramitação no Se-

nado Federal.

A PEC institui Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para magistrados e membros do Ministério Público, no valor de 5% sobre os subsídios, a cada cinco anos de efetivo exercício do cargo.

A PEC 63 tramita junto à Comissão de Constituição, Justiça (CCJ) do Senado e recebeu proposta de substitutivo que deverá ser submetido à apreciação na próxima quarta-feira (14). No anteprojeto, fica assegurada a contagem

do tempo de exercício anterior para fins de cálculo da parcela mensal do adicional.

Durante a visita, que aconteceu no gabinete da presidência do TJMA, a presidente Cleonice Freire lembrou que os magistrados receberam essa vantagem até o ano de 2005, quando foi extinta dos subsídios, e que agora deve ser restituída, com a finalidade de valorizar o trabalho e a experiência da magistratura estadual.

“O Conselho Nacional de Justiça já emitiu uma nota técnica destinada ao Senado manifestando apoio institucional à aprovação da Emenda Constitucional, assim como os presidentes de tribunais, no último encontro do colegiado realizado no Estado do Tocantins”, informou a desembargadora.

O senador Lobão Filho disse que irá atender ao apelo da magistratura maranhense, que representa a defesa de um interesse da magistratura nacional. “A minha intenção é que, aprovado o projeto na comissão, seja declarado o re-

gime de urgência para que ele possa ser, o mais rapidamente possível encaminhado ao plenário do Senado e, posteriormente, enviado à Câmara”, disse o parlamentar.

A visita foi acompanhada pelos desembargadores Anildes Cruz, vice-presidente do TJMA, Antonio Bayma, Cleones Cunha, Raimundo Barros e pelo juiz Nilo Ribeiro, auxiliar da presidência do Tribunal.

Os magistrados reforçaram o apelo da presidente no sentido de que o adicional irá valorizar e distinguir o trabalho dos profissionais mais antigos no exercício do cargo, com base no tempo de serviço, e estimular o ingresso de novos juizes na carreira.

Para o presidente da AMMA, o resgate dessa vantagem é fundamental para a estruturação da carreira da magistratura. “Hoje temos uma inversão de valores, em que magistrados mais novos recebem remuneração, às vezes, superior aos magistrados mais antigos e experientes”, observou o juiz.

Projeto itinerante da Corregedoria da Justiça já apresenta resultados positivos em Caxias

O Projeto itinerante Estante Vazia, lançado pela Corregedoria Geral da Justiça no dia 28 de abril em Caxias já apresenta resultados satisfatórios. Nos dois primeiros dias de trabalho foram triados cerca de mil processos que estavam conclusos para o juiz. Esses processos estão sendo analisados e separados para providências necessárias conforme a situação pro-

cessual específica. Os trabalhos na comarca seguem até o dia 14 deste mês.

A análise parcial já resultou no encaminhamento de 72 processos para extinção de punibilidade e arquivamentos; 42 para sentenças criminais; 183 para realização de diligências diversas; bem como já foram despachados 145 processos e proferidas 94 decisões.

HUMBERTO DE CAMPOS

Prefeito Raimundo Nonato é afastado do cargo novamente

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça negou, no dia 30 de abril, agravo de instrumento interposto pelo prefeito de Humberto de Campos, Raimundo Nonato dos Santos, e determinou novo afastamento dele da administração municipal. O gestor já havia sido afastado, liminarmente, em 27 de março, mas recorreu ao plantão judiciário da 2ª instância e conseguiu retornar ao cargo dois dias depois.

Com a nova decisão, fica mantido o afastamento inicial de 90 dias, que foi motivado por fraudes em licitações para construções de duas praças. Além disso, o prefeito afastado está impedido de entrar na sede da Prefeitura e convocar a presença de funcionários públicos municipais, sob qualquer circunstância, pelo mesmo prazo.

O primeiro afastamento é resultado de Ação Cautelar ajuizada, em 12 de março, pelo promotor de justiça Carlos Augusto Soares. O representante do Ministério Público do Maranhão acionou o gestor e a empresa Marf Locação e Urbanismo LTDA, com base nos contratos firmados para construção das praças - Humberto de Campos e Base -, com recursos oriundos de convênios com o governo estadual.

Ao investigar os processos de licitação, o MPMA detectou que não constam no edital as condições de recebimento do objeto licitado; as condições de pagamento dos serviços executados, conforme exigido pela Lei 8.666/93; e tampouco o projeto básico, que deveria ser anexado ao edital. Além disso, foi constatado que o endereço da construtora, no município de Raposa, é fictício. No local, onde deveria funcionar a sede da empresa, existe uma resi-

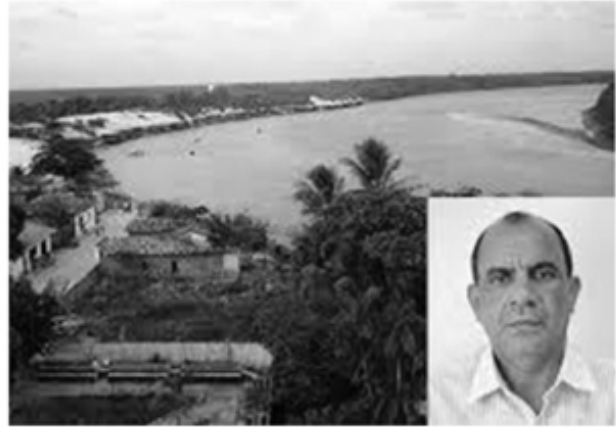
dência particular.

IRREGULARIDADES-Na avaliação do promotor de justiça, essas irregularidades, mais que meras formalidades, indicam a falta de zelo e de rigor na contratação da empresa, além de demonstrar a falta de cuidado com o produto final do referido contrato.

No material analisado pelo MPMA, não foram encontrados os documentos que comprovam a inscrição da Marf Locação e Urbanismo Ltda no cadastro de contribuintes do Estado do Maranhão, em desconformidade com a Lei de Licitações. Também foi identificado que a vencedora do certame apresentou o certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com data fora do prazo legal.

Mesmo com essas irregularidades, o Município de Humberto de Campos homologou o contrato com a Marf Locação e Urbanismo Ltda, reprovando a empresa Mega Empreendimentos Ltda, sob a justificativa que esta não teria apresentado o contrato social. Porém, a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça, que avaliou os documentos, identificou o contrato da construtora inabilitada.

Para o membro do MPMA, a construtora vencedora da licitação funciona apenas como fachada, desviando o dinheiro público. Carlos Augusto Soares inspecionou a obra e notificou os trabalhadores. Nos depoimentos, os pedreiros informaram que o material utilizado na construção é fornecido pelo encarregado de obras do Município de Humberto de Campos e não há a presença de qualquer empresa na execução do serviço. Eles testemunharam que foram contratados por outro funcionário da Prefeitura.



O gestor já havia sido afastado, liminarmente, em 27 de março

Ex-marinheiro suspeito de assaltar lotérica é preso

O ex-soldado da Marinha do Brasil Bruno Fernando Teixeira Conceição, o Marinheiro, de 21 anos, residente na Rua Nossa Senhora da Graça, nº 15, Liberdade, foi preso anteontem (6) pela equipe de investigadores da Delegacia de Roubos e Furtos, quando chegava para participar de uma audiência no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Ele é suspeito de cometer dois assaltos à Casa Lotérica Flusão, no Centro, de onde levou mais de R\$ 10 mil em uma das ações criminosas, em fevereiro deste ano.

O delegado Rodson Almeida explicou que solicitou à Justiça a prisão de Marinheiro, que foi concedida pelo juiz da 6ª Vara Criminal, Luis Carlos dos Santos. A partir da liberação do mandado de prisão, os investigadores começaram a fazer buscas para encontrar o suspeito.

TRANSAÇÃO PENAL

Juizado Criminal da capital promove Mutirão com 90 audiências

O 1º Juizado Especial Criminal da Comarca da Ilha (Fórum Desembargador Sarney Costa, Calhau) dá início na próxima segunda-feira (12) ao Mutirão de Transação Penal que contempla a realização de 90 (noventa) audiências. O encerramento da ação se dá na quinta-feira (15). Comanda o mutirão a juíza Diva Barros, respondendo pelo Juizado em função de férias da juíza titular,

Andréa Furtado Perlmutter Lago.

As audiências acontecem das 8h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h, na sede do Juizado e contempla processos prontos para sentença e que têm como objeto crimes de injúria, difamação, drogas, acidentes de trânsito, lesão corpora leve, entre outros.

Além da celeridade na solução de conflitos, o mu-

tirão tem por objetivo diminuir o acervo do Juizado, que atualmente contabiliza 1.285 processos, dos quais 813 tramitando. De acordo com informações da Secretaria Judicial da unidade, a demanda média mensal no Juizado é de 90 a 100 autuações.

O 1º Juizado Especial Criminal tem como área de abrangência distritos e delegacias de São Luís: 4º Distrito de Polícia (Conjunto Vinhais); 7º Distrito de Po-

lícia (Habitacional Turu), 8º Distrito de Polícia (Liberdade), 9º Distrito de Polícia (São Francisco), Delegacia de Homicídios (Olho D'Água), além da Delegacia de Defraudações, Delegacia de Costumes e Diversões, Delegacia de Entorpecentes, Plantão Central da REFE-SA, Delegacia de Meio Ambiente, Delegacia do Consumidor e Delegacia de Acidentes de Trânsito, essa todas no Centro.

IMPERATRIZ

Exploração sexual de menores é tema de ações da Vara da Infância

A partir dessa quinta-feira (08), a Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz dá início a uma série de ações que celebram o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, comemorado no dia 18 de maio. Comanda as ações o juiz titular da vara e diretor do Fórum, Delvan Tavares Oliveira. A organização do evento é da equipe de comissários de Justiça da Vara.

O início dos trabalhos ocorre às 10h desta quinta-feira, no Anexo da Vara da Infância (Rua Frei Manoel Procópio, nº. 51, Centro), onde acontece a assinatura de termo de parceria firmado entre a Vara e a operadora de telefonia Vivo, que fará o envio de 200 mil mensagens de textos (sms) para usuários da operadora alertando para o tema das ações. "Faça parte você também da luta contra a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Disque 100 e denuncie. VIVO e TJMA, Vara da Infância de Imperatriz" consta do texto da mensagem a ser enviado durante todo o dia para

usuários da operado com DDD 99.

Passeio ciclístico - A ação continua no próximo dia 16, às 14h, no auditório da Escola Estadual Nascimento de Moraes - segundo a comissária da Infância Digelda Costa Sousa uma das maiores de Imperatriz - com a exibição do filme 'Confiar', produção norte-americana que trata da temática do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes através da internet. A exibição do filme tem como público alunos da instituição com idade superior a 16 anos.

No domingo posterior (18), um passeio ciclístico promete chamar a atenção da população para o tema das ações. Com saída às 8h, da sede do Poder Judiciário de Imperatriz, o passeio percorre as principais ruas da cidade em direção à Beira-Rio, ponto de chegada. Comissários da Vara da Infância (06) integram o grupo da pedalada. Todos os participantes do passeio ganharão camiseta alusiva ao evento.

Corregedoria acompanha comarcas do Maranhão

O juiz corregedor Tyrone José Silva está dando continuidade ao projeto de acompanhamento das comarcas do interior do Maranhão. Nesta semana, o cronograma estabelecido contempla as comarcas de Mirinzal, Cedral, Bacuri e Guimarães. O magistrado disse que vem seguindo rigorosamente o plano de ação estabelecido pela desembargadora Nelma Sarney no início de sua gestão.

O trabalho faz parte das correições programadas para este ano. Para a desembargadora Nelma Sarney, a atividade do juiz corregedor vai além da fi-

nalidade punitiva, traduzindo-se em um verdadeiro trabalho de diagnóstico do funcionamento da Justiça de 1º grau.

A partir da situação constatada, é desenvolvido um plano para, se for o caso, implantar ações que busquem melhorar a prestação dos serviços da Justiça oferecidos para os cidadãos em cada comarca.

De acordo com Tyrone Silva, nas últimas correições realizadas não foram constatados indícios de má prestação dos serviços ou de desvios da finalidade judicante. Essa constatação só reforça o bom trabalho que vem sendo desempenhado pelos magistrados maranhenses.

Durante o trabalho nas comarcas, foram identificadas oportunidades de melhorias, com base na adoção de procedimentos que podem contribuir para boa prestação dos serviços.

"Nosso objetivo é da melho-

ria constante. Por isso, estamos atendendo as determinações da corregedora e implementando uma série de ações positivas nas comarcas com a finalidade de melhorar o acesso do cidadão à Justiça", destacou Tyrone Silva.

Necessidades - Conforme o juiz, o trabalho de correição, que vem obedecendo rigorosamente ao cronograma, também serve para identificar as necessidades das comarcas no tocante à sua estrutura física e de pessoal, bem como a manutenção dos insumos necessários ao bom andamento das atividades forenses.

"O resultado da atividade é integralmente relatado em um documento que posteriormente é apresentado para a corregedora. De acordo com a realidade encontrada, é possível elaborar ações específicas para cada caso", esclareceu o juiz.

O novo modelo de gestão da Corregedoria vem ganhando

apoio dos juízes maranhenses. Tyrone Silva disse que os juízes têm recebido bem os trabalhos da ação e que têm elogiado a nova forma de gerir implantado na atual gestão do órgão, agora mais focada na valorização do juiz.

Nelma Sarney reforça que desvios devem e vão ser apurados com base na lei, mas que antes de imprimir uma atuação punitiva, é preciso dar boas condições de trabalho aos juízes e servidores. "Para isso, precisamos conhecer melhor nossa realidade, o que estamos fazendo com o trabalho itinerante ora em desenvolvimento", reforçou.

O juiz titular da Comarca de Bacuri, Marcelo Santana, elogiou a proposta de trabalho iniciada por Nelma Sarney. "É um modelo de trabalho que merece elogio porque, além de cobrar e eventualmente punir, a Corregedoria deve ter o papel de acompanhar e apoiar os juízes de 1º grau.

TJMA nega indenização a integrante do Boi Pintado

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi unanimemente desfavorável ao pedido de indenização por danos morais e materiais feito pelo representante do Boi Pintado, Sílvio Silva Serra, que alegou ter sido preso ilegalmente em 2009. O fato ganhou repercussão depois que ficou constatada a apresentação de menores com a parte superior do corpo coberta apenas com tinta no grupo folclórico.

Sentença de primeira instância já havia julgado improcedente o pedido do representante da brincadeira junina, por entender que a ordem de prisão preventiva foi devidamente motivada e que foi o próprio Serra quem deu causa ao ato, por ter descumprido deliberadamente ordem judicial anterior que havia proibido as apresentações do Boi Pintado e que o fato de ter conseguido habeas corpus não autoriza concluir que houve erro judiciário.

Inconformado, o representante apelou ao TJMA, argumentando que foi indevidamente preso por suposto crime de desacato e que não havia motivos para a prisão preventiva. Segundo o relatório, ele alegou que, em razão do episódio, o grupo folclórico foi extinto, fato que, além de desemprego, causou-lhe depressão.

O desembargador Paulo Velten (relator) esclareceu que, ao contrário da alegação inicial, a prisão preventiva, decretada pelo Juízo da 11ª Vara Criminal de São Luís, não se deveu a suposto crime de desacato, mas em razão de o representante estar, em tese, praticando a conduta prevista no artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que pune com pena de reclusão a ação de "produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente".

Velten afirmou que, embora fazendo referência ao descumprimento da decisão do Juízo da Vara da Infância e da Juventude - fato que teria passado a falsa impressão de prisão cautelar por crime de desacato -, o que realmente motivou a decretação da prisão preventiva pela 11ª Vara Criminal foi o fato de o representante haver manifestado a intenção de continuar as apresentações do Boi Pintado.

O relator transcreveu trecho de relatório da comissária de Justiça da Infância e da Juventude, segundo o qual, nas referidas apresentações havia meninas menores de idade "nuas, apenas com o corpo coberto de tinta, na região dos seios, em franca exposição física e psicológica, sendo fotografadas por populares que assistiam ao evento".

Nova ordem

A ordem de votação em todas as sessões de órgãos do Tribunal de Justiça será, a partir de agora, do menos antigo para o mais antigo de seus membros.

A sugestão partiu do desembargador decano, Bayma Araújo.

O decano do Judiciário maranhense justificou a sugestão lembrando que a maioria dos tribunais, inclusive o Supremo, já adota essa ordem de votação.

- **As cúpulas** do Tribunal de Justiça e da Associação dos Magistrados pediram ontem o apoio do senador Lobão Filho à PEC 63, que tramita no Senado.
- **Diante do** apelo, o senador peemedebista assegurou que fará gestões para que a PEC 63 tramite com rapidez no Senado, para ser votada rapidamente.

PEC 63

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), desembargador Froz Sobrinho, e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Gervásio Santos, estiveram reunidos com o senador Edison Lobão Filho (PMDB/MA) e pediram o apoio do parlamentar à Proposta de Emenda Constitucional nº 63/2013, em tramitação no Senado Federal.

Magistrados pedem apoio do senador Lobão Filho ao resgate de adicional para membros do Judiciário

A PEC institui Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para magistrados e membros do Ministério Público, no valor de 5% sobre os subsídios, a cada cinco anos de efetivo exercício do cargo.

A PEC 63 tramita junto à Comissão de Constituição, Justiça (CCJ) do Senado e recebeu proposta de substitutivo que deverá ser submetido à apreciação na próxima quarta-feira (14). No anteprojeto, fica assegurada a contagem do tempo de exercício anterior para fins de cálculo da parcela mensal do adicional.

Durante a visita, que aconteceu no gabinete da presidência do TJMA, a presidente Cleonice Freire lembrou que os magistrados receberam essa vantagem até o ano de 2005, quando foi extinta dos subsídios, e que agora deve ser restituída, com a finalidade de valorizar o trabalho e a experiência da magistratura estadual.

“O Conselho Nacional de Justiça já emitiu uma nota técnica destinada ao Senado manifestando apoio institucional à aprovação da Emenda Constitucional, assim como os presidentes de tribunais, no



último encontro do colegiado realizado no Estado do Tocantins”, informou a desembargadora.

O senador Lobão Filho disse que irá atender ao apelo da magistratura maranhense, que representa a defesa de um interesse da magistratura nacional. “A minha intenção é que, aprovado o projeto na comissão, seja declarado o regime de urgência para que ele possa ser, o mais rapidamente possível encaminhado

ao plenário do Senado e, posteriormente, enviado à Câmara”, disse o parlamentar.

A visita foi acompanhada pelos desembargadores Anildes Cruz, vice-presidente do TJMA, Antonio Bayma, Cleones Cunha, Raimundo Barros e pelo juiz Nilo Ribeiro, auxiliar da presidência do Tribunal.

Os magistrados reforçaram o apelo da presidente no sentido de que o adicional irá valorizar e distinguir o trabalho dos profissionais mais an-

tigos no exercício do cargo, com base no tempo de serviço, e estimular o ingresso de novos juizes na carreira.

Para o presidente da AMMA, o resgate dessa vantagem é fundamental para a estruturação da carreira da magistratura. “Hoje temos uma inversão de valores, em que magistrados mais novos recebem remuneração, às vezes, superior aos magistrados mais antigos e experientes”, observou o juiz.

PRISÃO

Foragidos da Justiça são presos em Ribamar

Três homens com mandados de prisão preventiva expedidos pela Justiça do Maranhão foram presos na manhã de ontem. Eles são suspeitos de homicídios, assalto e tráfico de entorpecentes na região metropolitana de São Luís. Foram

presos: Claudenilson Frazão, Fernando Rodrigues Chagas e Evandro Cunha Batista. O trio foi encaminhado para a Delegacia de São José de Ribamar, e depois encaminhado para o Centro de Triagem de Pedrinhas.

Imperatriz tem permuta de juízes

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão administrativa ontem (7), aprovou a permuta dos magistrados Gladiston Luis Nascimento Cutrim e Ana Paula Silva Araujo.

Gladiston Luis Nascimento Cutrim – até então exercendo a magistratura na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Imperatriz – assume o 2º Juizado Especial Cível daquela comarca.

Ana Paula Silva Araújo, por sua vez, passa a exercer as atividades judicantes na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Na mesma sessão, o Órgão Especial aprovou, por unanimidade, recusa do diretor do Fórum Sarney Costa, juiz Osmar Gomes dos Santos como membro suplente da Turma Recursal da comarca da Ilha de São Luís, em razão de acúmulo de atribuições.

Magistrados pedem apoio do senador Lobão Filho ao resgate de adicional

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), desembargador Froz Sobrinho, e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Gervásio Santos, estiveram reunidos com o senador Edison Lobão Filho (PMDB/MA) e pediram o apoio do parlamentar à Proposta de Emenda Constitucional nº 63/2013, em tramitação no Senado Federal.

A PEC institui Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para magistrados e membros do Ministério Público, no valor de 5% sobre os subsídios, a cada cinco anos de efetivo exercício do cargo.

A PEC 63 tramita junto à Comissão de Constituição, Justiça (CCJ) do Senado e recebeu proposta de substitutivo que deverá ser submetido à apreciação na próxima quarta-feira (14). No anteprojeto, fica assegurada a contagem do tempo de exercício anterior para fins de cálculo da parcela mensal do adicional.

Durante a visita, que aconteceu no gabinete da presidência do TJMA, a presidente Cleonice Freire lembrou que os magistrados receberam essa vantagem até o ano de 2005, quando foi extinta dos subsídios, e que agora deve ser restituída, com a finalidade de valorizar o trabalho e a experiência da magistratura estadual.

“O Conselho Nacional de Justiça já emitiu uma nota técnica

destinada ao Senado manifestando apoio institucional à aprovação da Emenda Constitucional, assim como os presidentes de tribunais, no último encontro do colegiado realizado no Estado do Tocantins”, informou a desembargadora.

O senador Lobão Filho disse que irá atender ao apelo da magistratura maranhense, que representa a defesa de um interesse da magistratura nacional. “A minha intenção é que, aprovado o projeto na comissão, seja declarado o regime de urgência para que ele possa ser, o mais rapidamente possível encaminhado ao plenário do Senado e, posteriormente, enviado à Câmara”, disse o parlamentar. A visita foi acompanhada pelos desembargadores Anildes Cruz, vice-presidente do TJMA, Antonio Bayma, Cleones Cunha, Raimundo Barros e pelo juiz Nilo Ribeiro, auxiliar da presidência do Tribunal.

Os magistrados reforçaram o apelo da presidente no sentido de que o adicional irá valorizar e distinguir o trabalho dos profissionais mais antigos no exercício do cargo, com base no tempo de serviço, e estimular o ingresso de novos juizes na carreira.

Para o presidente da AMMA, o resgate dessa vantagem é fundamental para a estruturação da carreira da magistratura. “Hoje temos uma inversão de valores, em que magistrados mais novos recebem remuneração, às vezes, superior aos magistrados mais

antigos e experientes”, observou o juiz.



OS MAGISTRADOS PEDIRAM o apoio do senador Lobão Filho à Proposta de Emenda Constitucional nº 632013